

CULTURAS TERRITORIAIS NO CONHECIMENTO E NAS PRÁTICAS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: UM ENSAIO METODOLÓGICO

GODINHO, LILIANA
FLUP/GAIURB
li_godinho@msn.com
SÁ MARQUES, TERESA
FLUP/GEGOT

Resumo

A teoria e prática de planeamento têm sido muito adversas às novas concepções de espaço. A partir das abordagens de Simin Davoudi e Strange (2009), que encara o espaço como produto social e o planeamento como atividade social, esta pesquisa vai à procura das representações do espaço e do ordenamento do território. Com o objetivo de abordar a cultura territorial, procura-se avaliar a influência das correntes positivista, estruturalista e pós-modernista nas formas de conceber os espaços e exercer a prática de planeamento.

Palavras-chave: cultura territorial, ordenamento do território, positivismo, estruturalismo, pós-modernismo.

Abstract

TERRITORIAL CULTURES IN KNOWLEDGE AND PRACTICES OF TERRITORY PLANNING

The theory and practice of planning have been very adverse to the new conceptions of space. From the approaches of Simin Davoudi e Strange (2009), who sees space as a social product and planning as a social activity, this research seeks the space and territory planning representations. Having the objective of approaching the territorial culture, we seek to assess the influence of the positivist, structuralist and post-modern currents in the ways of conceiving spaces and exercising the practice of planning.

Keywords: Territory culture, territory planning, positivism, structuralism, post-modernism.

1. O TERRITÓRIO NAS DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS

No final do milénio verifica-se um crescente reconhecimento da importância dos conceitos de “espaço” e “lugar” na vida social e económica dos territórios (DAVOUDI, 2012:430), tanto a espacialidade como a temporalidade são articuladas e representadas no ordenamento do território. As concepções e as práticas no ordenamento do território são influenciadas por três correntes (DAVOUDI e STRANGE, 2009:16-39):

- por um lado, o positivismo assente nos princípios de racionalidade científica e da ordem racional, em que se acredita na linearidade dos processos e num futuro previsível. Caracteriza-se por ser uma abordagem objetiva, que interpreta o espaço

como absoluto e mensurável. O planeamento é um “processo racional” de tomada de decisões, um sistema de análise e de controlo, em que os planeadores têm um papel-chave no apoio às decisões políticas. O seu auge foi na década de 1960 e 1970;

- por outro, o estruturalismo, dá um papel central ao espaço socialmente produzido e consumido, onde o futuro pode ser conhecido e conquistado. Os estruturalistas procuram as estruturas psicológicas ou sociais determinantes do comportamento humano. Na vertente da geografia e do planeamento, o estruturalismo introduziu uma nova interpretação à espacialidade, ou seja, o espaço passa a ser socialmente produzido e consumido e os planeadores são reformadores sociais;
- por fim, o pós-estruturalismo ou pós-modernismo considera que o espaço é vivido fisicamente, percebido individualmente e construído socialmente, e o futuro está repleto de incertezas e riscos. Ao contrário do positivismo e estruturalismo que, apesar das suas diferenças significativas em termos ontológicos e epistemológicos, correspondem a abordagens profundamente enraizadas na modernidade (uma visão absoluta do espaço), a corrente pós-modernista tem uma visão relacional do espaço. Na geografia e no planeamento, o pós-modernismo interpreta o espaço e o lugar como culturalmente produzidos.

Em relação à interpretação da espacialidade, o paradigma positivista retrata de um ponto de vista absoluto o espaço, enraizado na geometria euclidiana. Assim, o lugar deve ser objetivo, limitado, autossuficiente, mensurável e cartografável. Por outro lado, sob uma visão estruturalista, o espaço deve ser socialmente produzido e consumido sendo o lugar das intersecções das múltiplas relações sociais, económicas e políticas. Numa perspectiva pós-modernista, o espaço é relacional e culturalmente produzido, vivido fisicamente, concebido socialmente e percebido individualmente. O lugar encontra-se em constante transformação e reconfiguração correspondendo a um elemento essencial de manifestação de identidade e de sentimentos de pertença, sendo também objeto de diversas interpretações.

No que respeita à organização espacial, uma característica fundamental do planeamento positivista é o desejo de dominar e criar ordem no espaço. Desta forma, os espaços urbanos devem ser estruturados segundo lógicas de polarização e configuração aureolar, seguindo lógicas hierárquicas, com delimitações fixas de usos e funções. Sob a perspectiva estruturalista, os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional que responda às necessidades sociais (um zonamento funcional). Por sua vez, o paradigma pós-modernista sugere a interligação de várias redes sobrepostas de fluxos contínuos de pessoas e recursos, estando em permanente reconfiguração.

Na conceção positivista, o tempo é linear e o futuro é previsível, passível de ser planeado e capaz de ser controlado através das escolhas e decisões humanas efetuadas no presente. Segundo o paradigma estruturalista, deve-se privilegiar o tempo em relação ao espaço e o futuro deve ser perspectivado numa lógica de utopia social. Na perspectiva pós-modernista, o tempo é real privilegiando-se a importância do dia-a-dia, onde o passado, o presente e o futuro devem estar interligados. De facto, o planeamento pós-modernista, tal como reconhece a dialética da espacialidade (LEFEBVRE, 1981; SOJA, 1996) também reconhece a dialética da temporalidade, ou seja, os espaços devem ser percebidos individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente, como também devem ser entendidos como memórias passadas, experiências presentes e expectativas futuras. Sobre este facto, Soja (2000:147) fala sobre o “novo modo de vida contemporâneo que se caracteriza por profundas e imutáveis continuidades com o passado”. Por sua vez, a noção de futuro é caracterizada pela incerteza, como algo em aberto e palco de múltiplas contingências. Assim, a imagem do futuro como algo que

pode ser controlado é substituída por uma imagem do futuro indeterminado, imprevisível, repleto de incertezas e riscos.

Segundo a perspectiva positivista, os espaços devem ser cartografados segundo modelos estáticos e bidimensionais, assentes em protótipos e modelos computadorizados. O estruturalismo elege os mapas bidimensionais como forma preferencial de visualização e representação gráfica. Contudo, o paradigma pós-modernista aparece a privilegiar a representação de fluxos, redes, imagens, cenários e narrativas.

Por último, o positivismo considera o processo de planeamento como uma tomada de decisão racional e linear, fruto do conhecimento científico especializado, assente em processos *top-down* de consulta de natureza sobretudo formal, onde os planos assumem um papel crucial no planeamento e ordenamento do território. Por outro lado, a visão estruturalista considera que o processo de planeamento deve centrar-se na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço, com conhecimento e competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário onde a participação é orientada para a consulta não vinculativa à população. Segundo o paradigma pós-modernista, o processo de planeamento, deve ser interativo, flexível e transdisciplinar, assente em princípios de deliberação participativa e de governança territorial, dominando sobretudo uma visão estratégica sobre o território.

Segundo João Ferrão (2011:115) a falência das conceções racionalistas modernas podem ser vistas como uma oportunidade “para tornar a política de ordenamento do território em Portugal mais eficiente, resiliente, justa e democrática” dando lugar ao paradigma neomoderno assente em princípios de governança territorial, democracia deliberativa e planeamento colaborativo.

Tal como Ferrão, são vários os autores que discursam sobre uma nova cultura de ordenamento do território. A propósito do objetivo estratégico anteriormente referido, Mário Vale (2007:12) afirma que a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições “é o que mais contribui para uma nova cultura e para um novo discurso do ordenamento do território”. Por sua vez, António Ferreira (2007:6) apresenta vários problemas entre os quais o défice de cultura urbana e de urbanidade dos portugueses apelando para “profundas mudanças culturais e comportamentais na forma como os portugueses e os agentes económicos e sociais encaram e utilizam o território e os recursos ambientais”. Do mesmo modo, Cancela d’Abreu (2007:75-76) defende que a falta de uma cultura de ordenamento do território explica em grande parte o “desordenamento do país” sendo que os “avanços significativos no processo de ordenamento também têm que passar por uma alteração de atitudes cívicas/culturais de todos nós, por uma mudança de comportamentos que, por não ser fácil nem rápida, mais responsabiliza os decisores actuais e os técnicos que os apoiam”. Jorge Gaspar (2007:82) afirma que se impõe “a todos os agentes, em todos os níveis, do Estado e da Sociedade Civil, a assumpção das responsabilidades, segundo o princípio da subsidiariedade” apelando para uma nova cultura que responda a esse desafio. Por último, Margarida Pereira (2009:88) defende que o “ordenamento do território, está ainda muito marcado pela abordagem racionalista, e que tem de sofrer alterações nos instrumentos e nos procedimentos, para evitar que as orientações de política sejam ultrapassadas pelos acontecimentos”.

Entende-se por “cultura de ordenamento do território”, os valores e as atitudes partilhados pelas comunidades científica, técnica e política com intervenção direta no domínio do ordenamento do território como também pelas instituições e pelos cidadãos em geral (FERRÃO, 2011:36). A cultura racional de ordenamento do território tem como finalidade a regulação do uso do solo enquanto a cultura territorial neomoderna tem como finalidade o desenvolvimento do território através de uma intervenção

integrada, estratégica e flexível, assente em princípios de governança territorial. Assim, o modelo moderno, racionalista e positivista encontra-se numa crescente perda de importância (que tem vindo a ser questionado desde os anos 80 do século passado) a favor da emergência de novos paradigmas, nomeadamente o paradigma neomoderno. Com isto, o que se pretende atualmente é a “construção colectiva de uma consciência territorial mais exigente à luz da concepção neomoderna de ordenamento do território” (FERRÃO, 2011:31).

Neste contexto de mudança, alguns autores começam a falar sobre a possibilidade de uma significativa mudança de paradigma no campo do planeamento urbano. Tal como afirma Balula (2010:6) apesar do paradigma modernista (positivista) estar ainda muito presente e enraizado no planeamento contemporâneo, o planeamento pós-modernista pode ser capaz de influenciar e de alterar as práticas modernistas por ser mais sensível aos desafios urbanos do presente. Teresa Marques, numa alusão aos Planos Regionais de Ordenamento do Território, refere que “registaram-se importantes ganhos de aprendizagem colectiva. Isto significa ganhos em termos de conhecimento (mais informação sobre a região), recursos relacionais (confiança e interação social) e capacidade mobilizadora (de comportamentos e atitudes diferentes). Conseguiu-se um grande número de consensos entre actores-chave e desenvolveram-se um grande número de debates e múltiplas argumentações em torno de valores e interesses colectivos.” (MARQUES, 2009).

Com isto, o planeamento parece estar a caminhar para intervenções mais sustentáveis, integradas, estratégicas e flexíveis, assentes em princípios de governança territorial.

2. NOTA METODOLÓGICA

Com o objetivo de abordar as questões da cultura territorial, esta investigação pretende refletir a cultura do território, à luz das três concepções teóricas - positivismo, estruturalismo e pós-modernismo. A partir dessas concepções, a análise desenvolve-se segundo dez critérios ou dimensões analíticas, adaptando a abordagem conceptual de Simim Davoudi (2009): o conceito de lugar e as lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade; os princípios em que assenta a organização espacial; as escalas de abordagem geográfica e o seu entendimento; a interpretação da noção do tempo em matéria de reflexão e decisão territorial; a forma como é percebido o futuro em matéria de ordenamento; as principais formas de representação e de visualização gráfica do território; o papel dos técnicos de ordenamento territorial e as suas competências fundamentais; os significados e as funções atribuídas às metodologias de participação; os sistemas de governo ou de governança institucional; as formas de implementação das decisões e ações com impacto territorial.

Para a operacionalização desta pesquisa foi concebido um questionário em que cada individuo teve de posicionar-se numa escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) relativamente a um conjunto de matérias ou questões. Este posicionamento vai ser determinante na avaliação da cultura territorial, ou seja os valores e as atitudes partilhados relativamente ao território. Foram selecionados três universos de análise: os estudantes universitários, que estão a desenvolver atualmente competências em matéria da gestão territorial; os investigadores, que estão a produzir novo conhecimento nas temáticas do ordenamento do território; os profissionais, que implementam as políticas de ordenamento do território.

No total foram realizados duzentos e oitenta inquéritos. Sublinha-se que esta apresentação corresponde a um ensaio metodológico, pois trata-se de uma amostra estatisticamente pouco significativa (margem de confiança de 95,5 por 100, margem de erro de $\pm 10\%$). Numa investigação futura, a dimensão da amostra terá de ser reforçada e estratificada (tendo em consideração a dimensão das populações de estudantes, investigadores e profissionais). Dado que o inquérito não foi implementado a uma amostra significativa de estudantes (112 inquiridos), de investigadores (62 inquéritos) e de profissionais do ordenamento do território (106 inquéritos), as conclusões não são estatisticamente válidas por grupos.

3. DIFERENTES VISÕES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

De forma a analisarmos o grau de influência de cada corrente filosófica, é pertinente começar-se por definir as afirmações que estão intrinsecamente mais vinculadas a cada corrente. Depois, para cada uma dessas afirmações vai-se analisar sobretudo os níveis de concordância (concordam e concordam totalmente) e de rejeição (discordam e discordam totalmente) dos inquiridos. Há o pressuposto que os inquiridos são influenciados pelas três correntes, mas com diferentes intensidades e em diferentes matérias (atendendo às dez dimensões de análise enunciadas).

A influência neopositivista

A influência neopositivista exprime-se nas seguintes afirmações ou princípios:

P1 – As diferentes áreas urbanas devem ser entendidas de uma forma objetiva, mensurável e cartografável;

P4 – Os espaços devem ser interpretados segundo uma lógica bidimensional, racional e linear;

P7 – Os espaços urbanos devem ser estruturados segundo lógicas de polarização e numa configuração aureolar;

P10 – Os espaços urbanos devem ser desenhados seguindo lógicas hierárquicas e com delimitações fixas de usos ou funções;

P13 – No urbanismo e no ordenamento do território o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço;

P16 – Os técnicos do ordenamento do território devem ter uma perspetiva de planeamento alicerçada na previsibilidade (previsão do que vai ser o futuro);

P19 – Os espaços devem ser concebidos e cartografados segundo modelos estáticos e bidimensionais, assentes em protótipos computacionais;

P21 – O plano, no ordenamento do território, deve ser a meta ou o futuro;

P24 – Os técnicos do ordenamento do território devem estar munidos de um conhecimento científico preferencialmente especializado;

P27 – As abordagens no planeamento devem seguir uma estratégia de imposição hierárquica descendente (*top-down*), em que o Estado assume um papel pivô;

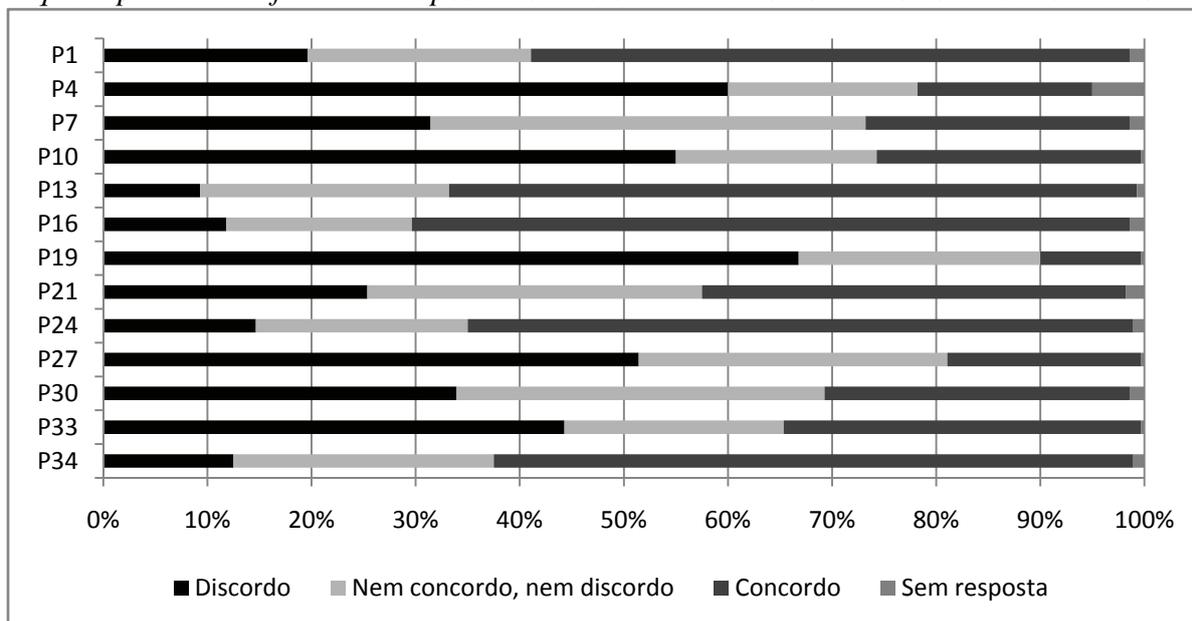
P30 – No urbanismo e no ordenamento do território os planos devem configurar uma lógica de governo formal e obrigatoriamente vinculativos;

P33 – O urbanismo e o ordenamento do território deve assentar num sistema estrito de regulação de uso do solo;

P34 – O urbanismo e o ordenamento do território deve ser perspetivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais.

A influência do neopositivismo está, de uma forma expressiva, presente nas formas de refletir e conceber os territórios e os espaços urbanos. Mas essa força exprime-se de uma forma diferenciada.

Figura 1 - Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência neopositivista no ordenamento do território e no urbanismo



Verifica-se que a grande maioria dos inquiridos concorda que (figura 1):

- os lugares devem ser entendidos enquanto unidades objetivas, mensuráveis e cartografáveis (P1 - 53%) e o tempo deve ser central e crucial na conceção do espaço (P13 - 66%);
- os profissionais de ordenamento e urbanismo devem ter uma perspetiva de planeamento alicerçada na previsibilidade, ou seja, antevendo o que vai ser o futuro (P16 - 69%) e devem munir-se de um conhecimento especializado (P24 - 64%);
- no que respeita às formas de implementação das decisões e ações com impacto territorial e paisagístico, a maioria dos inquiridos concorda que o ordenamento do território deve ser perspetivado em função de uma visão e seguindo culturas nacionais (P34 - 61%);

Mas por outro lado, rejeitam que os espaços devam ser interpretados segundo uma lógica bidimensional, racional e linear (P4 - 60%), desenhados e cartografados seguindo princípios hierárquicos e modelos estáticos, assentes em protótipos computacionais (P19 - 67%) e delimitações fixas de usos ou funções (P10 - 55%). Por outro lado, mais de metade dos inquiridos declina que as abordagens no planeamento devam seguir uma hierarquia legislativa (*top-down*), em que o Estado assume um papel central e nuclear (P27 - 51%).

Esta influência neopositivista exprime-se de forma bastante semelhante nos grupos dos estudantes, investigadores e profissionais, ou seja, os níveis de concordância ou discordância rondam percentagens relativamente idênticas. Contudo, os profissionais (50%) acreditam mais que os estudantes (38%) e os investigadores (29%) que os planos são fundamentais no ordenamento do território e urbanismo.

3.1. A influência estruturalista

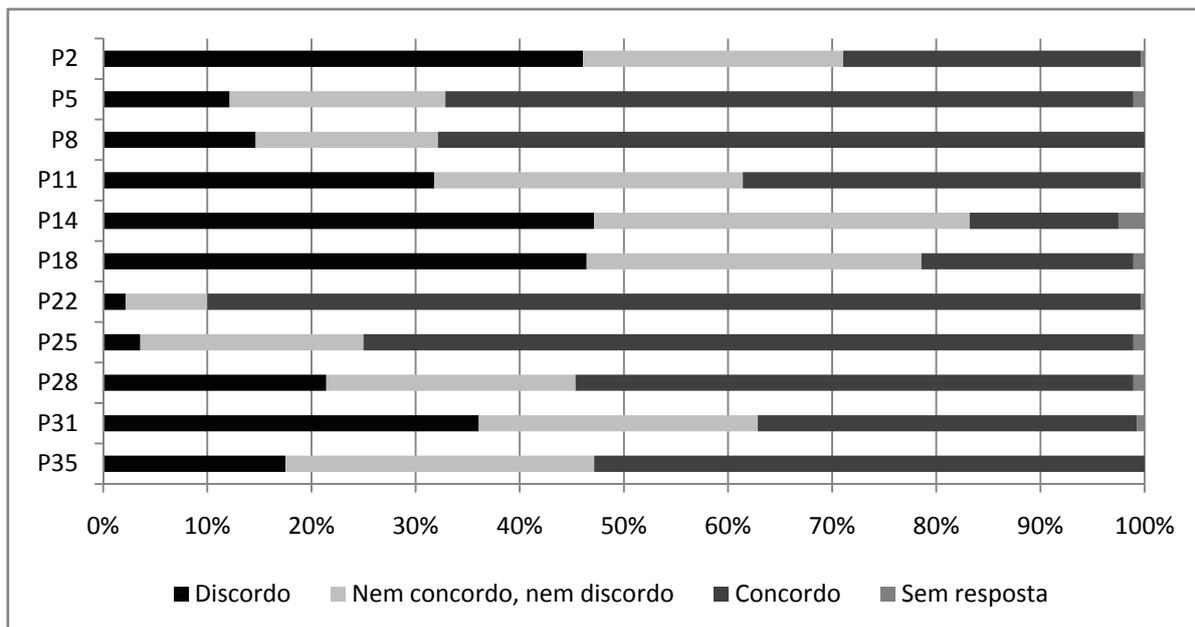
A influência estruturalista exprime-se, por sua vez, através das seguintes afirmações ou princípios:

P2 – Os espaços urbanos devem ser o espelho de relações de poder (social, política e económica) diferenciadas;
P5 – Os espaços urbanos devem ser interpretados seguindo as apropriações sociais;
P8 – Os espaços urbanos devem obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que corresponda às necessidades sociais;
P11 – Os processos de globalização esvaziaram a urbanidade local, logo o ordenamento deve focar-se na afirmação das pequenas comunidades;
P14 – Na reflexão urbanística deve-se privilegiar o tempo relativamente ao espaço;
P18 – A conceção e o desenho da cidade devem ser perspectivadas numa lógica de utopia social;
P22 – Os especialistas do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel chave na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço;
P25 – Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ter competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário;
P28 – A participação pública no urbanismo e no ordenamento do território deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população;
P31 – Os profissionais do ordenamento do território devem ter um espírito corporativo associado à defesa dos seus interesses sociais, económicos e profissionais;
P35 – O Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades.

A dominação estruturalista (figura 2) encontra-se bastante presente nas formas de refletir e conceber os lugares e os espaços urbanos, não sendo muito significativo o nível de discordância dos inquiridos em relação aos princípios mencionados anteriormente. Contudo, existem princípios que se destacam pelo seu elevado nível de concordância pois a grande maioria dos inquiridos concorda que:

- os espaços devem ser interpretados segundo as apropriações sociais (P5 - 66%) e a sua organização deve obedecer a uma distribuição funcional (zonamento) que dê resposta às necessidades sociais (P8 - 68%);
- os especialistas, técnicos e/ou profissionais do ordenamento do território devem desempenhar um importante papel na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço (P22 - 90%) bem como possuir competências nas áreas da intervenção social e do *empowerment* comunitário (P25 - 74%);
- a participação pública no urbanismo e no ordenamento do território, no que respeita às metodologias de participação, deve orientar-se pela consulta não vinculativa da população (P28 - 54%), sendo que o Estado deve ter um papel central na locação dos recursos e atividades (P35 - 53%).

Figura 2 - Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência estruturalista no ordenamento do território e no urbanismo



No entanto, há um número significativo de inquiridos (apesar de não atingirem os 50%), que não concordam que os espaços urbanos são ou devam ser o espelho de relações de poder diferenciadas em termos sociais, políticas e económicas (P2 - 46% dos inquiridos discorda desta afirmação).

Por sua vez, a mesma percentagem rejeita que a conceção e o desenho da cidade devem ser perspectivadas numa lógica de utopia social (P18) e que o tempo deve ser privilegiado relativamente ao espaço nas políticas urbanas e territoriais (P14 - 47% dos inquiridos discorda desta afirmação).

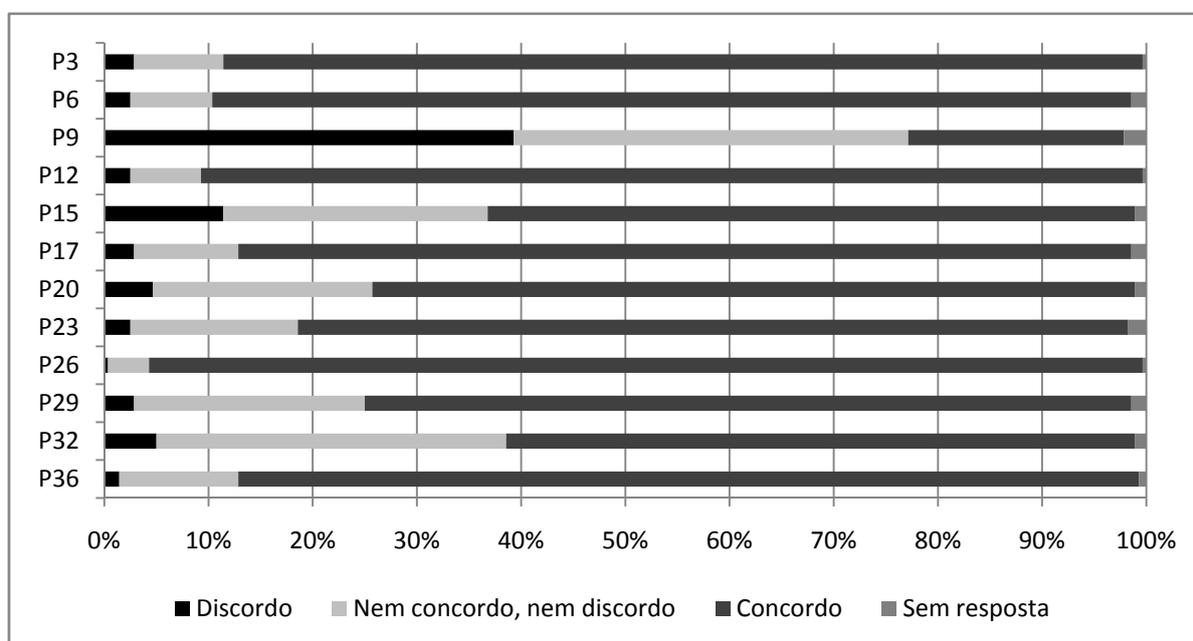
A influência estruturalista, tal como a influência neopositivista, exprime-se de forma bastante semelhante no grupo dos estudantes, investigadores e profissionais, ou seja, os níveis de concordância ou discordância apresentam percentagens muito semelhantes.

3.2.A influência pós-modernista

A influência pós-modernista exprime-se através das seguintes afirmações ou princípios:

P3 – Os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações;
P6 – Os espaços urbanos devem ser interpretados de uma forma tridimensional: percebidos individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente;
P9 – Os espaços urbanos devem ser concebidos e estruturados seguindo lógicas reticulares;
P12 – Os espaços urbanos encontram-se em constante reconfiguração, logo as propostas urbanísticas devem assentar em propostas flexíveis;
P15 – O tempo, no ordenamento do território, deve ser real, privilegiando-se as necessidades que vão emergindo;
P17 – No ordenamento do território, o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências;
P20 – O mapeamento dos espaços urbanos deve privilegiar uma representação de fluxos, redes, imagens e narrativas;
P23 – Os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações;
P26 – As competências dos profissionais do ordenamento do território devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares;
P29 – Na conceção do espaço deve-se dar ênfase aos processos de deliberação participativa;
P32 – No ordenamento do território as relações de poder, devem reger-se por estratégias de governança plural;
P36 – A implementação dos projetos urbanos deve apoiar-se em processos colaborativos e de aprendizagem social.

Figura 3 - Níveis de concordância da população inquirida relativamente aos princípios que exprimem a influência pós-modernista no ordenamento do território e no urbanismo



A influência pós-modernista (figura 3) encontra-se predominantemente presente nas formas de refletir e conceber os lugares e os espaços urbanos, verificando-se elevados níveis de concordância dos inquiridos em relação à quase totalidade das afirmações apresentadas:

- 88% da população inquirida concorda com a dialética dos espaços urbanos, ou seja, que os espaços devem ser percebidos individualmente, vividos fisicamente e concebidos socialmente (P6) e que os lugares devem ser a manifestação de identidades e sentimentos de pertença (P3);
- 95% dos inquiridos concorda que as competências dos profissionais do ordenamento do território devem assentar na flexibilidade e na transdisciplinaridade (P26);
- 90% dos inquiridos concorda que as propostas urbanísticas devem ser flexíveis uma vez que os espaços urbanos se encontram em constante reconfiguração (P12);
- 86% da população inquirida concorda que o futuro deve ser encarado como algo em aberto e incerto (P17) e que a implementação de projetos urbanos deve encontrar-se apoiada em processos colaborativos e de aprendizagem social (P36);
- 80% da população inquirida concorda que os urbanistas e os técnicos do ordenamento do território devem ser mediadores das múltiplas representações do espaço por parte das populações (P23);
- 74% dos inquiridos concorda que na conceção do espaço se deve dar ênfase aos processos de deliberação participativa (P29);
- 73% dos inquiridos concorda que os espaços urbanos devem ser representados através de fluxos e redes (P20);
- 62% dos inquiridos concorda que no ordenamento do território o tempo deve ser real, dando-se prioridade às necessidades que surgem (P15);
- 60% dos inquiridos concorda que as relações de poder devem ser conduzidas por estratégias de governança plural (P32).

A influência pós-modernista, tal como aconteceu com a influência neopositivista e a influência estruturalista, exprime-se de forma bastante semelhante no grupo dos estudantes, investigadores e profissionais sendo que os níveis de concordância ou discordância apresentam percentagens muito próximas.

4. CONCLUSÕES

Atendendo aos resultados obtidos verifica-se a influência das três correntes (positivismo, estruturalismo e pós-modernismo) mas com diferentes intensidades, no pensamento relativo aos valores territoriais.

A maioria assume uma postura pós-modernista ao concordar que os lugares devem ser uma manifestação de identidade e sentimento de pertença, objeto de diversas interpretações e que estes devem ser interpretados de uma forma multidimensional.

Na organização espacial, a maioria assume um pensamento influenciado sobretudo pela corrente estruturalista, defendendo que os espaços devem obedecer a uma distribuição funcional ou a um zonamento funcional que dê resposta às necessidades sociais.

Por outro lado, a maioria assume uma atitude pós-modernista, quando considera que os espaços urbanos se encontram em permanente reconfiguração e que, por isso, as propostas urbanísticas devem ser flexíveis, rejeitando as lógicas hierárquicas.

Na reflexão e decisão territorial, a maioria concorda que o tempo, no ordenamento do território, deve ser central e crucial na conceção do espaço, adotando deste modo posturas mais associadas ao neopositivismo.

A grande maioria defende que no ordenamento do território o futuro deve ser encarado como algo em aberto e palco de múltiplas contingências, mostrando a influência da corrente pós-modernista.

Relativamente às principais formas de representação e de visualização gráfica do território, a maioria assume uma atitude pós-modernista, pois o mapeamento deve privilegiar as representações de fluxos e redes, imagens e narrativas.

Os profissionais do ordenamento do território devem ter uma postura e um papel fundamental na defesa dos interesses sociais ligados ao espaço, seguindo a influência estruturalista. No entanto, as competências dos profissionais devem ser flexíveis, abrangentes e transdisciplinares, seguindo a perspectiva pós-modernista.

Relativamente às metodologias de participação, verifica-se que a maioria dá grande relevância aos processos de deliberação participativa e aos processos de governança plural (abordagem pós-modernista). As formas de implementação das decisões e ações com impacto territorial, devem apoiar-se em processos colaborativos e de aprendizagem colectiva, seguindo mais uma vez a perspectiva pós-modernista.

Deste modo, pode-se concluir que as três abordagens teóricas encontram-se presentes na forma de pensar e conceber os territórios mas há um claro domínio da visão pós-modernista e uma significativa convergência no conhecimento teórico e técnico.

Quadro 1 - Níveis de concordância da população inquirida por critério analítico

		TOTAL (%)	Corrente teórica
Critério 1: Conceito de lugar e lógicas intrínsecas à interpretação da espacialidade	P1	58	Neopositivismo
	P2	29	Estruturalismo
	P3	88	Pós-Modernismo
	P4	17	Neopositivismo
	P5	66	Estruturalismo
Critério 2: Organização espacial	P6	88	Pós-Modernismo
	P7	25	Neopositivismo
	P8	68	Estruturalismo
	P9	21	Pós-Modernismo
	Critério 3: Escala de abordagem geográfica	P10	25
Critério 4: Noção do tempo para o planeamento e ordenamento territorial	P11	38	Estruturalismo
	P12	90	Pós-Modernismo
	P13	66	Neopositivismo
Critério 5: Noção do futuro para o planeamento e ordenamento territorial	P14	14	Estruturalismo
	P15	62	Pós-Modernismo
	P16	69	Neopositivismo
Critério 6: Formas de representação e visualização gráfica	P17	86	Pós-Modernismo
	P18	20	Estruturalismo
	P19	10	Neopositivismo
Critério 7: Papel e competência dos profissionais do ordenamento do território	P20	73	Pós-Modernismo
	P21	41	Neopositivismo
	P22	90	Estruturalismo
	P23	80	Pós-Modernismo
	P24	64	Neopositivismo
Critério 8: Metodologias de participação	P25	74	Estruturalismo
	P26	95	Pós-Modernismo
	P27	19	Neopositivismo
	P28	54	Estruturalismo
Critério 9: Sistemas de governo ou de governança institucional	P29	74	Pós-Modernismo
	P30	29	Neopositivismo
	P31	36	Estruturalismo
Critério 10: Formas de implementação de decisões e ações	P32	60	Pós-Modernismo
	P33	34	Neopositivismo
	P34	61	Neopositivismo
	P35	53	Estruturalismo
	P36	86	Pós-Modernismo

BIBLIOGRAFIA

- ASCHER, F. (2001): *Les Nouveaux principes de l'urbanisme*, Paris, l'aube.
- BALULA, L. (2010): *Urban Design and Planning Policy: theoretical foundations and prospects for a new urbanism in Portugal*, Tese de Doutoramento, Graduate School—New Brunswick, New Jersey, 254p.
- BOURDIN, Alain (2011): *O urbanismo depois da crise*, Livros Horizonte, Lisboa, 115p.
- CANCELA D'ABREU, A. (2007): «Paisagem e Ordenamento do Território», *Inforgeo* n.º 20/21, p. 73-77.
- DAVOUDI, S.; STRANGE, I. (2009): «Space and Place in twentieth-century planning – an analytical framework and an historical review», in DAVOUDI, S.; STRANGE, I. (Eds.) *Conceptions of Space and Place in Strategic Spatial Planning*, London and New York: Routledge, The RTPPI Library Series, p. 1-42.
- DAVOUDI, S. (2012): «The Legacy of Positivism and the Emergence of Interpretive Tradition in Spatial Planning», *Regional Studies*, vol. 46, n.4, p. 429-441.
- FARINÓS, J., ROMERO, J., SALOM, J. (2009): «Cohésion e inteligencia territorial», Publ Universitat de València, 357p.
- FERRÃO, J. (2011): *O Ordenamento do Território como política pública*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 146p.
- FERREIRA, A. (2007): «Situação e Perspectivas de Gestão do Território em Portugal», *Sociedade e Território*, vol.40, p. 4-10.
- HARVEY, David (1991): *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Blackwell Publ., 367p.
- GASPAR, J. (2007): «Notas em torno do processo de elaboração do PNPOT», *Sociedade e Território*, n.º40, p.74-86.
- HAJER, M., GRIJZEN, J. e KLOOSTER, S. van't (2010): *Strong Stories. How Dutch are Reiventing Spatial Planning*, 010 Publishers, Rotterdam.
- LEFEBVRE, Henri (1981): *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.
- MARQUES, Teresa (2009): «Planos regionais de ordenamento do território: um balanço preliminar», in Livro de *Actas do Encontro Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Génese e Evolução do sistema de Gestão Territorial 1998-2008*, AD URBEM, pp.187-197.
- PEREIRA, M. (2009): «Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: Para uma Governabilidade Inteligente do(s) Território(s)», *Prospectiva e Planeamento*, n.º16, p. 77-102.
- SOJA, E. (2000): *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 464 p.
- VALE, M. (2007): «Discussão Pública do PNPOT: Argumentos e Conclusões de um Debate», *Inforgeo*, vol. 20/21, p. 73-77.